

REGULAMENTO DE ELEIÇÃO E CONDUTA DE DELEGADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL – SICOOB SUL

**TÍTULO I
DO OBJETIVO**

Art. 1º Este Regulamento de Eleição e Conduta de Delegados tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para o cargo de delegado, estabelecendo também regras de conduta relativas ao exercício do cargo.

Parágrafo único. O presente normativo complementa o Estatuto Social da Cooperativa, estando em consonância com a legislação e a regulamentação em vigor.

**TÍTULO II
DA REPRESENTAÇÃO POR DELEGADOS**

Art. 2º Conforme disposto no Art.30 do Estatuto Social do Sicoob Sul, cabe aos delegados representar os associados nas Assembleias Gerais – instância máxima da cooperativa.

Art. 3º Serão eleitos 55 (cinquenta e cinco) delegados efetivos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único. Os delegados que obtiverem o maior número de votos, respeitando o número de vagas disponível, serão considerados efetivos. Os delegados suplentes serão aqueles mais votados, em sequência, também por número de votos.

Art. 4º A distribuição das vagas de delegados entre as seccionais obedecerá aos seguintes princípios:

- a) O quadro social da cooperativa será dividido em seccionais, cujas representações serão determinadas pelo quociente obtido entre a divisão entre o número de associados na época da eleição e o número de delegados definidos em Estatuto Social;
- b) Cada Ponto de Atendimento será considerado uma seccional, exceto o PA digital, que será agrupado com outra seccional conforme critério administrativo, sendo definido e divulgado previamente às eleições;

- c) para fins de domicílio eleitoral serão considerados os Pontos de Atendimento (PA) registrados no Sistema UNICAD do Banco Central do Brasil até 30 (trinta) dias corridos anteriores à convocação das eleições.

Art. 5º A representação das seccionais será calculada pelo Quociente Eleitoral, conforme descrito no artigo 4º.

§ 1º O número de delegados por seccional será obtido da divisão do número total de associados com direito a voto naquele PA pelo Quociente Eleitoral.

§ 2º Poderá haver a junção de seccionais, segundo critério administrativo, definido pelo Conselho de Administração previamente às eleições e divulgada por ocasião da convocação.

§ 3º Aqueles associados que integrarem uma seccional, ou seja, um PA que não alcance o quociente eleitoral no momento da convocação para a eleição, terão assegurada sua representatividade por 1 (um) delegado.

§ 4º Para apuração exata do total de delegados, após a aplicação do quociente eleitoral, será feito o arredondamento para cima dos resultados mais próximos do número inteiro, até que alcance o total de delegados definido no Estatuto Social.

§ 5º Os associados vinculados a um Ponto de Atendimento aberto durante a vigência do mandato dos delegados, serão representados pelo(s) delegado(s) da seccional mais próxima.

TÍTULO III

DOS PRÉ-REQUISITOS PARA CANDIDATURA AO CARGO DE DELEGADO

Art. 6º São pré-requisitos para candidatura ao cargo de delegado:

- I. ter maioria civil e ser associado pessoa física da *cooperativa*;
- II. estar em dia com os deveres estatutários e atender às mesmas condições de ocupação para os cargos estatutários estabelecidos no Estatuto Social da *cooperativa*;
- III. não ser membro dos órgãos de administração da *cooperativa*;

- IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e do Estatuto Social, observando as demais disposições estatutárias sobre o tema;
- V. ter disponibilidade para o exercício do cargo e realizar os cursos sistêmicos e/ou internos oferecidos pela *cooperativa*;
- VI. não possuir vínculo empregatício ou prestar serviços em caráter não eventual à *cooperativa*.

TÍTULO IV

DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 7º O Conselho de Administração, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data da eleição, nomeará uma Comissão Eleitoral, formada por 5 (cinco) membros, entre os quais um Conselheiro Fiscal que coordenará a Comissão, e pelo menos um Secretário, para o registro dos trabalhos, podendo ser associado ou empregado da *cooperativa*.

Art. 8º Compete à Comissão Eleitoral:

- I. o planejamento e a organização das atividades inerentes ao processo eleitoral de delegados;
- II. receber, analisar, oficializar e impugnar candidaturas;
- III. prestar esclarecimentos aos interessados sobre o processo eleitoral de delegados;
- IV. zelar pelo regular andamento do processo eleitoral de delegados;
- V. adotar outras medidas não previstas neste Regulamento, caso necessárias, para garantir o bom andamento das eleições.

CAPÍTULO II

DA CONVOCAÇÃO

Art. 9º Nos termos do Estatuto Social, a eleição dos delegados ocorrerá no quarto trimestre do ano civil e o mandato se iniciará no primeiro dia útil do trimestre subsequente.

Art. 10º O presidente do Conselho de Administração irá convocar as eleições para delegados com 60 (sessenta) dias de antecedência, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para a candidatura dos interessados, informando as datas para o início e término do recebimento dos pedidos de registro de candidaturas e a quantidade de vagas por grupos seccionais da área de atuação.

Parágrafo único. O edital de convocação será afixado em locais apropriados das dependências da sede e dos Postos de Atendimento (PAs) da cooperativa e divulgado em seu sítio eletrônico.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATURAS

Art. 11º A inscrição individual de candidato ao cargo de delegado será realizada nos PAs da cooperativa, ou de forma on-line, conforme critérios estabelecidos no edital de convocação.

Art. 12º A Comissão Eleitoral poderá rejeitar a candidatura que não preencher os pré-requisitos dispostos no art. 6º deste Regulamento.

Parágrafo único. Em caso de rejeição de candidatura, a Comissão Eleitoral encaminhará comunicação por escrito ao interessado com a citação do(s) pré-requisito(s) que foi inobservado.

Art. 13º Encerrado o prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral terá 2 (dois) dias úteis para encaminhar à cooperativa a lista dos candidatos habilitados, em ordem cronológica de inscrição e por grupo seccional, para divulgação a todo o quadro social.

CAPÍTULO IV

DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

Art. 14. O prazo para impugnação de candidatura é de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da lista de candidatos habilitados pela *cooperativa*.

Art. 15. A impugnação de candidatura será realizada por meio de requerimento escrito ao Coordenador da Comissão Eleitoral e deverá estar fundamentada em descumprimento legal, estatutário e/ou nas disposições deste Regulamento.

Parágrafo único. Em até 3 (três) dias úteis do recebimento da impugnação, a Comissão Eleitoral analisará o requerimento e divulgará o inteiro teor da sua decisão em locais apropriados das dependências da sede e dos Postos de Atendimento (PAs) da *cooperativa*, bem como no respectivo sítio eletrônico.

Art. 16. Das decisões sobre impugnação da Comissão Eleitoral, caberá recurso, que deverá ser protocolado em até 3 (três) dias úteis, sob pena de ser julgado intempestivo, ao Conselho de Administração da *cooperativa*, que, com o Conselho Fiscal, avaliará e decidirá, de forma terminativa, em até 3 (dias) úteis do recebimento do recurso.

Art. 17. Se houver mudanças na lista dos candidatos, a Comissão Eleitoral divulgará, com o apoio administrativo da *Cooperativa*, a lista final dos candidatos habilitados.

CAPÍTULO V

DA ELEIÇÃO

SEÇÃO I

DA VOTAÇÃO

Art. 18. O processo de votação poderá ser presencial, semipresencial ou digital, cabendo à Comissão Eleitoral avaliar, com o Conselho de Administração da *cooperativa*, o meio mais adequado e operacionalmente viável para cada localidade.

Art. 19. Nas votações presenciais, serão instaladas mesas receptoras de votos em todos os PAs e demais locais de votação, podendo a Comissão Eleitoral autorizar a instalação de mais de uma urna nos locais citados ou, ainda, urnas itinerantes.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral designará um empregado da *cooperativa* para cada mesa receptora de votos.

Art. 20. Compete aos próprios candidatos acompanhar e fiscalizar o processo de votação e apuração.

SEÇÃO II

DOS CRITÉRIOS PARA ELEIÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Art. 21. Serão eleitos os delegados com o maior número de votos, conforme o número de vagas de cada Seccional.

Art. 22. Em caso de empate e observada a seguinte ordem, será eleito aquele que:

- I. for associado há mais tempo à *cooperativa*;
- II. for mais idoso.

Art. 23. A *cooperativa* divulgará a lista dos eleitos em seu sítio eletrônico e nos locais mais comumente frequentados, incluindo os PAs.

Art. 24. Naquilo que couber, poderão ser utilizadas no processo eleitoral de delegados, por analogia, normas dispostas no Regulamento Eleitoral dos órgãos estatutários da *cooperativa*.

TÍTULO V

DAS REGRAS DE CONDUTA DOS DELEGADOS

Art. 25. Os delegados têm o dever de representar os associados nas Assembleias Gerais da *Cooperativa*, refletindo fielmente as decisões do seu grupo seccional.

Art. 26. Em relação à conduta, os delegados devem:

- I. estar alinhados com os valores da *cooperativa* e com o Pacto de Ética do Sicoob;
- II. ser atuantes e representar o interesse majoritário do quadro social nas decisões da *cooperativa*;
- III. primar por neutralidade política e respeito aos associados e demais colaboradores da *cooperativa*;
- IV. estabelecer relacionamento próximo e harmonioso com os órgãos sociais da *cooperativa*, fornecendo subsídios, sugestões, reivindicações e apoio;

- V. mediar diálogos entre os associados e a *cooperativa*, visando auxiliar no esclarecimento de assuntos conflitantes e demais dúvidas;
- VI. estimular os associados na utilização dos produtos e serviços financeiros da *cooperativa*;
- VII. mobilizar os associados para participação em eventos promovidos pela *cooperativa* ou pelo Sicoob;
- VIII. participar de cursos e treinamentos sobre o cooperativismo de crédito, disseminando a educação e cultura cooperativistas nos relacionamentos com seus pares e associados;
- IX. desenvolver outras atividades que lhes forem atribuídas em normativos internos ou sistêmicos.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Casos omissos neste Regulamento serão apreciados pelo Conselho de Administração da *cooperativa* com o apoio da Comissão Eleitoral.

Art. 28. Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 12 de abril de 2025 e entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.